

Editorial

Apresentação do Dossiê Temático: Formação Docente e Práticas Pedagógicas–Volume 2

Caro/a leitor/a,

É com imenso prazer que apresentamos o Dossiê **Formação Docente e Práticas Pedagógicas – volume 2**, sob a organização das professoras Dra. Francine de Paulo Martins, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Dra. Amanda Valiengo, da Universidade Federal de São João Del Rei (UFJS) e Dra. Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), líderes e integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Formação Docente e Práticas Pedagógicas – FORPEDI (CNPq/UFLA).

Trata-se de um dossiê que coaduna com os propósitos do grupo de pesquisa FORPEDI, o qual, ao longo dos últimos anos, tem buscado fomentar as discussões acerca da articulação entre teoria e prática e da aproximação entre Universidade e Educação Básica, tanto no âmbito da formação inicial e continuada, quanto no contexto da atuação docente, numa perspectiva de qualificação dos processos formativos e das práticas pedagógicas na Educação Básica e Superior.

Neste volume, o Dossiê apresenta investigações e ensaios que abrangem questões afetas à formação inicial e continuada de professores, bem como discussões sobre as práticas pedagógicas no contexto da sala de aula e sobre os saberes docentes, revelando o papel de relevância de processos formativos situados no contexto e no chão da escola. Traz ainda uma entrevista com a professora e pesquisadora Marli André, com o intuito de dialogar acerca da temática em tela.

De forma mais específica, o primeiro artigo intitulado “Um estudo sobre as práticas pedagógicas: orientações e decisões em sala de aula”, de autoria de Maria de Fátima Barbosa Abdalla, aborda as representações sociais referentes às tomadas de decisão que orientam as práticas pedagógicas de professores dos anos finais do ensino fundamental de uma escola da rede municipal. Os dados obtidos sublinharam duas dimensões de análise: orientações e/ou lógicas na construção de conhecimentos didáticos, direcionando orientações teóricas, sociais, pessoais e/ou da experiência dos professores e para as orientações situacionais; e decisões e pensamentos interativos em sala de aula, referentes às decisões de rotina, imediatas e/ou

reflexivas, que orientam a construção de conhecimentos didáticos. As reflexões trazidas pela pesquisa promovem discussões significativas sobre o trabalho docente, principalmente referentes aos processos de formação, às práticas pedagógicas e à aprendizagem profissional.

Já o segundo artigo “A formação de coordenadores pedagógicos: práticas e necessidades formativas em discussão”, de autoria de Andreia Cristiane de Oliveira e Simone Albuquerque da Rocha, apresenta um mapeamento e análise das produções nacionais que abordam a formação dos coordenadores pedagógicos nos contextos escolares. A pesquisa fez um levantamento o qual identificou desconexões entre as necessidades formativas desses profissionais e as propostas de formação disponíveis, as quais, em sua maioria, distanciam-se das múltiplas atribuições do cargo e da especificidade de sua identidade profissional.

O terceiro artigo, “Marcas da cultura profissional na formação de professores: análise no contexto de um curso de Pedagogia”, apresenta uma pesquisa com oito egressos de um curso de Pedagogia no intuito de analisar quais elementos e/ou contextos do curso favorecem a aproximação entre os estudantes e a profissão. A análise realizada pautou-se nos determinantes da força/fraqueza das disciplinas; da convivência com professores formadores e suas práticas; do lugar das práticas de ensino. O trabalho voltou-se para a concepção de aprendizagem da docência e das estruturas dos cursos de formação inicial de professores, e os resultados alcançados sugerem que o curso atende, principalmente, às dimensões do saber e do atuar docente, e apenas tangencia a dimensão do agir com integridade.

Já o quarto artigo, intitulado “A prática pedagógica no ensino superior: planejamento, interdisciplinaridade e metodologias ativas”, de autoria de Lívia Brisolla, tem como objetivo, por meio de uma revisão de literatura, discutir a relevância da prática pedagógica comprometida com a práxis social. Para tanto, fundamenta-se nos pressupostos do planejamento, interdisciplinaridade e metodologias ativas. Ao longo do manuscrito, a discussão acerca de um planejamento intencional para a construção da práxis docente, a defesa por um trabalho coletivo, por meio de discussões, conhecimento, e proposições no projeto político-pedagógico do curso alicerçam a defesa da necessária mudança de um paradigma tecnicista para um interdisciplinar, utilizando as metodologias ativas.

O quinto artigo “A afetividade nos documentos oficiais da Educação Infantil: uma questão a ser explorada” é assinado por Gabriela de Castro Loech Amorim e Ana Maria Gimenes Corrêa Calil. Nele é desvelada a questão da afetividade nos documentos e Leis

brasileiros e na teoria walloniana, bem como são analisadas situações de formação continuada. A defesa é que a escola seja um lugar de possibilitar novas aprendizagens para o professor, que pode aprender, estudar e mudar suas concepções, dentre elas a do lugar da afetividade na educação infantil, ao conhecer os documentos mandatórios e a teoria.

O sexto artigo “O lugar de Paulo Freire na formação e nos saberes dos professores”, de Tatiana Pinheiro de Assis Pontes e Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, apresentam o resultado de uma pesquisa empírica, realizada com vinte professores de Educação Básica acerca do conhecimento que eles têm sobre o ideário de Paulo Freire, para a realização de reflexões acerca do lugar de Paulo Freire nos referenciais teóricos de professores de educação básica. A discussão perpassa por questões políticas e momentos históricos da atualidade que marcam a necessidade de “retomada” de um clássico para a educação, especialmente pelas ideias de uma educação crítico-libertadora.

Já o sétimo artigo “Violência, fracasso escolar e juventude periférica: contribuições da psicologia escolar para a formação docente continuada”, de autoria de Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões, relata uma intervenção a qual aponta possibilidades para a superação da perspectiva clínica e individualizante do trabalho do/a psicólogo/a escolar no contexto da formação docente continuada. A temática abordada referiu-se às relações entre juventude, violência e fracasso escolar e o conteúdo formativo consistiu em: conhecer os/as estudantes para além dos muros da escola; adotar a realidade dos/as estudantes como ponto de partida da intervenção; trabalhar a cultura periférica dentro da escola; apoiar a organização coletiva como meio para transformações objetivas. Concluiu-se que por meio da superação da expectativa diagnóstica da instituição e da desconstrução do padrão ideal de bom/boa aluno/a foi possível transformar as relações interpessoais entre os/as docentes e os/as alunos/as envolvidos/as, e, neste sentido, promover espaços legítimos de representatividade dos interesses estudantis e de expressão da cultura periférica na instituição.

No oitavo artigo “Formação inicial de professores do Ensino Fundamental I: onde está a dança-educação?”, Mônica de Ávila Todaro e Larissa Áurea Terezani nos convidam a nos questionarmos sobre onde está a dança-educação na formação. Para tanto problematizam a presença da dança-educação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental I, em estudos teóricos (GARIBA, 2005; NÓBREGA, 2010; GONÇALVES, 1994; TODARO, 2018; ARROYO, 2012) e nas matrizes curriculares de cursos de Pedagogia.

Concluem que há a necessidade de inserir a dança como disciplina ou conteúdo de forma mais intensa na formação do Pedagogo.

O nono artigo “Perspectivas da extensão universitária na formação de professores: contextualização histórico-social”, de Lorene dos Santos e Juliana Bonifácio, traz reflexões acerca do fazer extensionista no âmbito da formação de professores com o intuito de aproximar o leitor às inquietações decorrentes de uma perspectiva de formação docente que promova a construção de conhecimentos por meio de atividades que valorizem, de igual forma, a tríade: ensino, pesquisa e extensão. As autoras destacam a existência de avanços significativos na elaboração de dispositivos legais que acentuam a relevância das experiências extensionistas no percurso de formação acadêmica e registram indícios de mobilização da comunidade universitária para uma ressignificação de suas práticas educativas acerca da articulação extensão e formação de professores.

Para finalizar, o dossiê apresenta a **entrevista** “Reflexões sobre a formação de professores: um diálogo com Marli André”, de autoria de Marli André e Francine de Paulo Martins. A entrevista traz a proposta de um diálogo com a pesquisadora a fim de reconhecer as contribuições propiciadas ao campo da formação de professores e revela os desafios que cercam o tema. Apresenta oportunas e necessárias reflexões sobre os modos que se desenvolvem a formação docente no Brasil e seus desafios, bem como as possibilidades de superação deles em uma perspectiva de trabalho colaborativo entre as universidades e as escolas de educação básica.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Francine de Paulo Martins
Amanda Valiengo
Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões

Artigos de fluxo contínuo

Quanto ao décimo artigo, “A invasão do smartphone na sala de aula – sobre a autoridade do professor, violência, o privado e o público no ensino”, Andreas Gruschka e Antônio Álvaro Soares Zuin, a partir de um questionamento sobre como a presença dos smartphones na sala de aula desencadeiam relações violentas entre docentes e estudantes,

analisam o material empírico de dois vídeos que foram secretamente gravados durante as aulas por alunos do Brasil e de Portugal, e postados no YouTube. Numa abordagem crítica e bem contextualizada desde o interior da sala de aula, os autores percorrem questões como o declínio da autoridade do professor, novas formas de manifestações de violência na escola e os equívocos ou quebra de regras e tabus que se produzem em relação ao comportamento moral dos sujeitos que utilizam estes aparelhos nos espaços públicos e privados. Os autores concluem argumentando que a falência da educação demonstrada na catástrofe gerada pela presença dos smartphones dificilmente poderá se transformar num reinício positivo. Provavelmente, prevalecerão as atitudes de resistência da instituição, nas formas de punição e de luta contra os estudantes, os quais poderão, a partir deste momento, ser tratados como potenciais infratores violentos. Isto representa outra ruína da educação, a saber, o retorno a uma modalidade de escolarização que se afirma contra os estudantes por meio do emprego da violência.

Sobre o décimo primeiro artigo “Educação a distância como possibilidade de qualificação dos recuperandos do sistema prisional”, os autores Thaís Teixeira Santos, Ronei Ximenes Martins e Estela Aparecida Vieira apresentam os resultados de uma pesquisa que teve caráter exploratório, abordagem qualitativa, delineada como estudo de caso em que os sujeitos participantes foram os recuperandos de uma APAC situada no interior de Minas Gerais. A possibilidade de acesso a uma formação na modalidade EaD tem contribuído para levar até os recuperandos a educação, garantindo-lhes o acesso e o direito de estudar. A pesquisa revelou que a educação é representada pelos apenados como desafio e possibilidade, sendo um importante desafio a construção autônoma do conhecimento e como possibilidade de que a maioria (mais de 78%) tem a perspectiva de acesso ao ensino superior. Por sua vez, a formação parece fazer aflorar valores como compartilhar, autoestima, pertencimento, organização e dedicação. Desse modo, destaca-se que a EaD tem potencial de mediar a produção de conhecimento e capacitação aos sentenciados e que, imersos em sua formação profissional, os apenados ocupem um tempo considerável do seu dia fazendo com que se sintam comprometidos com o curso e afastado da ociosidade. Outro fator elencado é que a modalidade de educação a distância vai atingir um maior número de sentenciados, incluindo, pois, os que não tiveram e nem teriam oportunidade de profissionalizar-se sem esta modalidade de educação.

No décimo segundo artigo “Notas marginais sobre subjetividade e educação em tempos modernos líquidos” os autores Alex Sander da Silva e Lucas Santiago Costa centralizam suas indagações e análises na questão de como pensar uma educação nesse tempo em que floresce cada vez mais aspectos de uma crise de fundamentos nas orientações pedagógicas da formação contemporânea. Numa abordagem teórica que toma Zygmunt Bauman como principal referência teórica, os autores constroem argumentos ou notas sobre as questões da subjetividade e alteridade no contexto da educação que também é diretamente atingida pela chamada modernidade líquida. Os autores argumentam que os projetos e as práticas educativas necessitam contemplar a formação para que os estudantes possam lidar com questões de discriminações racial e exclusão social de modo que a *alteridade* deveria estar, potencialmente, nos planos de uma educação emancipadora e de resistência a eliminação do outro enquanto outro. O inteiramente outro do mundo administrado, com suas massas de homens e mulheres isolados e supérfluos, vive sem reciprocidade: nele e para ele os seres humanos não são insubstituíveis tampouco intercambiáveis. Esta "reciprocidade entre insubstituíveis" é tarefa da educação.

Boa leitura.

Carlos Betlinski